

EDITORIAL

Temos o prazer de apresentar o primeiro número da Revista INTERthesis de 2019, em uma edição que traz 8 (oito) artigos e uma resenha. As produções aqui reunidas contemplam, principalmente, as áreas temáticas de Condição Humana na Modernidade e Sociedade e Meio Ambiente. De forma interdisciplinar, os pesquisadores e pesquisadoras que participam desta edição promovem reflexões sobre diferentes temas e fenômenos sociais como sustentabilidade, colonização sociocultural, medo, discurso em quadrinhos, violência e dependência.

No artigo intitulado **Sobre o princípio regulativo e os elementos constitutivos da ideia de sustentabilidade**, Luciano Alvim Fiscina aborda a complexidade de perspectivas que estão presentes na ideia de sustentabilidade, buscando demonstrar a possibilidade de compreensão do termo para além de sua dimensão tecnocientífica. A partir de uma análise semântica, o autor apresenta as implicações do aspecto psicológico no princípio regulativo da ideia de sustentabilidade, com o intuito de apontar uma possível associação do termo ao conceito de organização e transformação social.

Já no texto **Desafios para a equidade racial nas universidades: Os processos de continuidade da colonização na esfera epistemológica de formação**, Jéssica Santana Bruno e Cláudio Orlando Costa do Nascimento trazem uma reflexão pautada em teorias que se debruçam sobre continuidades e discontinuidades do processo de colonização na estrutura sociocultural, buscando demonstrar como isso se reverbera no âmbito das Universidades. Para tanto, destacam a complexidade da questão da desigualdade étnico-racial no Brasil nesse contexto, bem como o apagamento da produção intelectual negra nas universidades, apontando, ao longo da análise, para a relevância de estudos e debates que apresentem caminhos de formação mais justos, equitativos e emancipadores.

Em **Crime e violência no Brasil: representações socioculturais na pós-modernidade**, Clarice Sohngen e Marcelli Cipriani partem dos fenômenos criminais



contemporâneos para analisar a generalização do medo e sua relação com a segregação sócio-espacial no Brasil. A partir de dados estatísticos, as autoras discutem como as representações em torno do crime e da violência penetram de forma desigual na sociedade, afastando as interações entre os indivíduos. Ainda, refletem sobre o mal-estar coletivo, produzido pelas mídias tradicionais, que constroem os sujeitos envolvidos com o crime como uma espécie de inimigo interno.

Já Rodrigo Lima Maciel, no artigo **A mutação como metáfora para o discurso da diferença: representações das práticas de racismo e de homofobia no universo literário dos X-Men**, utiliza das reflexões dos filósofos Giles Deleuze e Jacques Derrida para analisar questões histórico-sociais abordadas nas *american graphic novel's X-Men*. O autor compreende, então, que histórias dos X-Men, ao longo dos anos, possibilitam tanto uma analogia entre "mutação" e "questões raciais" ou "mutação" e "sexualidade", como demonstram preocupação para com o sujeito social inferiorizado.

No artigo **Breve história das classificações em psiquiatria**, Fernanda Martinhago e Sandra Caponi se debruçam em uma análise sobre as classificações dos transtornos mentais. As autoras percorrem as cinco edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (chamado de DSM, devido ao título em inglês *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), publicadas entre 1952 e 2013, e concluem que na história das classificações em psiquiatria ocorreu uma ruptura na forma de compreender o sofrimento psíquico, o que esvaziou a subjetividade e a história de vida dos sujeitos.

A complexa relação entre argumentação, objetividade e violência interpessoal é o foco do artigo **Violencia interpersonal y arrogancia neutralista. Un abordaje ético-epistemológico sobre la argumentación y la objetividad**. De fundamentação filosófica, o texto de María Luján Christiansen faz uma análise das práticas argumentativas, buscando refletir sobre as posturas epistemológicas que as regem, com o intuito de demonstrar a influência do princípio de objetividade instituído pela ciência no âmbito relacional. A autora destaca também as implicações, no contexto da violência interpessoal, da postura objetiva, fundada na lei do terceiro excluído, ressaltando a importância de se analisar a questão a partir de um enfoque interdisciplinar.

Em outro artigo, intitulado **Movimentos anti-sistêmicos e movimentos de humanização do parto: aproximações teóricas** e escrito por Ana Maria

Bourguignon e Felipe Simão Pontes, é proposta a possibilidade de se analisar o movimento de humanização da assistência ao parto a partir do conceito de movimentos anti-sistêmicos, desenvolvido por Wallerstein. Depois de discutir o que significa movimento anti-sistêmico, o autor e a autora articulam tal concepção às ações em torno da defesa da humanização do parto e nascimento. Com este estudo preliminar, concluiu-se que o movimento pode ser considerado anti-sistêmico, pois, a humanização do parto é um movimento organizado, transnacional, com um projeto de transformação do paradigma dominante de atenção ao parto.

No texto chamado **Uma antropologia do “fluxo”: reflexões sobre dependência no contexto do crack**, de Ygor Diego Delgado Alves e Pedro Paulo Gomes Pereira, vemos como o conceito biomédico de dependência parece pouco eficiente para dar conta da atração exercida pelas cenas de uso de crack na cidade de São Paulo. Para refletir sobre o porquê da existência de cracolândias e questionar determinadas dimensões da dependência química causada, foi utilizada uma antropologia do “fluxo”, como são chamados os movimentos e percursos em torno do consumo do crack. Diante dos resultados da etnografia realizada pelos autores, foi possível discutir o porquê da existência de cenas abertas de uso de crack, bem como da necessidade de incorporar ao conceito de dependência o contexto social de uso da droga. A partir desse viés, seria possível dar conta da atração exercida por estes territórios psicotrópicos.

A resenha trazida para esta edição, **Necropolítica nas mortes contemporâneas**, é escrita por Luiz Barp e Myriam Mitjavila e trata da obra do filósofo camaronês, Achille Mbembe, chamada *“Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”* (2018). Nela, Mbembe propõe pensar a morte como estratégia e efeito do poder e questiona se a noção de biopoder seria suficiente para dar conta das formas contemporâneas de violência. Considerando-a insuficiente, sugere os conceitos de necropoder e necropolítica como novas formas de submissão da vida ao poder da morte. Ao longo de 71 páginas, Mbembe interpreta o mundo a partir da provincialização da Europa e analisa episódios de colonização tardia e da guerra, especialmente em países africanos e na região da faixa de Gaza.

Desejamos uma boa leitura e muitas reflexões!

Elaine Schmitt, Luiz Barp e Macelle Khouri
Editores Assistentes